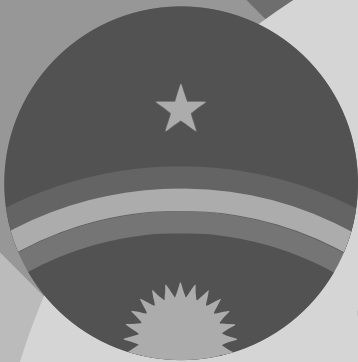


FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO

DIRETRIZES PARA PROGRAMA DE GOVERNO

2022



VAMOS
JUNTOS
PERNAMBUCO
— COM —
LULA, DANILO,
LUCIANA E TERESA



FRENTE POPULAR DE PERNAMBUCO 2022

DIRETRIZES PARA PROGRAMA DE GOVERNO

VAMOS JUNTOS PERNAMBUCO COM LULA, DANILO, LUCIANA E TERESA

A Frente Popular de Pernambuco inaugura uma nova jornada de discussões e propostas para construção coletiva do Programa de Governo, atualizando e ampliando os compromissos, valores e projeto de sociedade que constituem o legado histórico que representa e defende, sob a liderança de Danilo Cabral, Luciana Santos e Teresa Leitão. Registra neste documento as diretrizes, eixos e temas que orientam um processo de diálogo permanente com representações sociais, instituições e pessoas que desejam contribuir. Garantindo avanços, a partir das bases conquistadas, lutando contra retrocessos. Fazendo ainda mais e sempre melhor, com inovação permanente e coragem para seguir em frente nas transformações e enfrentamentos que precisam ser feitos.

O combate às desigualdades, preconceitos e exclusão social; a garantia de direitos e oportunidades para todos; a defesa da democracia e da cidadania ativa; permanecem como desafios para superar os desequilíbrios do processo histórico de formação da sociedade brasileira, agravados pelas ameaças do governo Bolsonaro aos avanços sociais resultantes da luta do nosso povo, pelas agressões aos direitos individuais e coletivos, pelos insultos ao processo democrático, às instituições e poderes da República. Urgente a retomada da revisão do pacto federativo, proposta por Eduardo Campos, atualizando responsabilidades e competências nos níveis federal, estadual e municipal, viabilizando as estruturas de financiamento e cooperação em políticas públicas de educação, saúde, assistência social, segurança, saneamento ambiental e mobilidade urbana, que demandam atuação integrada e gestão compartilhada. Visando resgatar uma relação virtuosa com o governo federal que permita viabilizar, ampliar e qualificar as entregas governamentais à população.

O momento exige a união das forças progressistas, democráticas e populares em todo o país, consolidando uma frente política em torno da candidatura Lula/Alckmin, que encontra na Frente Popular de Pernambuco sua expressão estadual. Este conjunto de representações políticas e lideranças sociais conduziu experiências de governos que avançaram na geração de oportunidades e redução de desequilíbrios históricos e estruturais. Efetivando seus compromissos e prioridades nas gestões da Frente Popular. Como será apresentado no corpo deste documento, trata-se de um processo com diferentes etapas e ciclos, referentes a cada momento histórico e conjunturas específicas, mas inspirado e orientado pelos mesmos princípios e ânimo transformador.

As gestões da Frente Popular atuaram ampliando e qualificando o acesso aos serviços

públicos essenciais, garantindo uma rede para proteção e promoção de direitos fundamentais. As conquistas no sistema educacional estadual refletem escolhas conceituais e persistência na execução para universalizar o acesso ao ensino em tempo integral, formação técnica e profissionalizante. Os investimentos nos hospitais, UPAs e demais equipamentos de saúde reconfiguraram a estrutura para o atendimento de média e alta complexidade. Integração das instituições e ações de segurança cidadã, nas dimensões da prevenção e repressão qualificada. Programas de garantia e complementação de renda, infraestrutura de assistência social, inclusão socioprodutiva e redes de proteção social às mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais, moradoras do campo e da cidade, das periferias e centros urbanos. Além disso, o enfrentamento contínuo a todas as formas de violência, preconceito e discriminação de diversas populações.

Mudanças foram efetivadas promovendo um movimento de interiorização do desenvolvimento e melhor distribuição territorial das atividades econômicas. Investimentos em infraestruturas necessárias e então inexistentes permitiram a consolidação de novos polos econômicos, com adensamento de novas cadeias produtivas, como petróleo e gás, automotiva, fármacos e saúde, alimentos e bebidas, higiene e limpeza, vidreira, tecnologia da informação e comunicação e economia criativa, educacional, logística, atacado e varejo moderno. Oferta de energia elétrica e gás natural, duplicação da BR-232, programas de recuperação de rodovias, estrutura aeroportuária no interior, sistemas para produção e distribuição de água, consolidação do complexo industrial portuário de Suape, novos distritos industriais, incentivos aos arranjos produtivos locais, política de incentivos fiscais, são exemplos indutores de uma nova matriz econômica estadual.

Apresenta-se nesse momento a necessária visão de um novo ciclo para um modelo de desenvolvimento sustentável, com justiça social, dinamismo econômico e equilíbrio ambiental. Avançando para um novo patamar na prestação acessível de serviços públicos qualificados. Consolidando a interiorização e distribuição das oportunidades de geração de emprego e renda em todas as regiões do estado, ampliando estímulos para as atividades em larga escala e na base local. Acelerando a conexão de Pernambuco com a economia do século XXI, do conhecimento, criativa, do carbono neutro. Impulsionando as condições de acesso à formação e desenvolvimento de competências, estimulando e simplificando o ambiente para os empreendimentos, favorecendo a inovação, ampliando a oferta de crédito e assistência técnica.

Como credencial importante para conduzir um projeto capaz de dar conta desses desafios e alcançar os objetivos, conta-se com um aprendizado constante da implantação de modelo de gestão profissionalizado, que busca a eficiência no uso dos recursos públicos para gerar entregas com maior qualidade para toda a sociedade, priorizando os que mais precisam da presença e ação do Estado. Padrão de governança que permitiu o enfrentamento da crise sanitária e socioeconômica, garantindo

o investimento nas infraestruturas de atendimento e prestação dos serviços, com responsabilidade na gestão das finanças públicas que permitiu a recuperação da capacidade de financiamento externo para uma retomada sustentável do desenvolvimento.

Experiência que permite o salto necessário para um modelo de gestão digital e integrada, apresentando-se como plataforma de serviços imediata e efetiva para o cidadão. Ampliando os canais de relacionamento com a população e instituições representativas da sociedade, com base no diálogo permanente, total transparência, participação e controle social. Contando com a cultura de inovação permanente, sobre as bases do legado construído, sustenta-se a segurança de que este projeto conta com um time que está preparado, sabe fazer, tem foco nos resultados e compromisso com a igualdade de oportunidades e qualidade de vida das pessoas.

Para organizar a jornada, propõe-se uma estrutura dos eixos que reunirão os diversos temas a serem trabalhados, normalmente de forma transversal, formando um conjunto articulado e integrado:

- 1 Pernambuco da cidadania, dos direitos e da inclusão.**
- 2 Pernambuco das oportunidades, do empreendedorismo, emprego e renda.**
- 3 Pernambuco do desenvolvimento sustentável, da inovação e da economia do conhecimento.**
- 4 Pernambuco do governo democrático, digital e integrado - excelência dos serviços ao cidadão.**

1 Pernambuco da cidadania, dos direitos e da inclusão.

Eixo que aborda a cidadania como centralidade da ação governamental. Como abordagem emergencial, vinculada ao resgate da dignidade e condições básicas de existência, medidas urgentes para o combate à fome e à pobreza, com ações para garantir segurança alimentar e geração de renda. A prestação dos serviços públicos essenciais demanda necessariamente propostas para avançar numa educação com cultura e esportes para o desenvolvimento integral e permanente; saúde de qualidade, acessível e universalizada; segurança cidadã, espaços seguros, prevenção e repressão qualificada. A defesa do modelo de assistência social integrada e compartilhada exige o resgate e fortalecimento do SUAS como estruturador dessas políticas públicas.

Este espaço deverá abrigar as demandas e propostas que garantam a proteção e emancipação social, garantia de direitos e políticas específicas para mulheres, primeira infância, juventude, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e para igualdade racial, povos tradicionais e população em situação de rua. Considerando as identidades, resistências e políticas afirmativas. Abordando também agendas que ganham espaço nas demandas sociais, como a causa da defesa e proteção animal.

★ Combate à fome e à pobreza.

Os efeitos da crise econômica e sanitária no perfil socioeconômico da sociedade brasileira, agravados pelos desmandos e direção inadequada da administração federal, fizeram retroceder os avanços nas políticas de inclusão e retornar um quadro de fome e extrema pobreza que precisa ser

enfrentado com urgência e escala. Em diversas frentes, estão sendo desenvolvidas ações que precisam ser continuadas, reforçadas e ampliadas. Na complementação de renda, segurança alimentar, atenção a população em situação de rua, inclusão socioprodutiva. Nessa mobilização emergencial, destaca-se o papel estruturador do SUAS para as políticas de assistência social, sendo fundamental seu fortalecimento institucional.

Iniciativas como a parcela adicional dos programas federais de complementação de renda, a remuneração dos trabalhadores rurais no período de entressafra, os benefícios temporários específicos para situações de maior vulnerabilidade, são exemplos de ações a serem fortalecidas. Prioritária a reestruturação do programa de aquisição de alimentos, com base na agricultura familiar, desmontado pelo governo federal, como base para fornecimento de uma rede de restaurantes populares e cozinhas comunitárias, oferta de serviços e benefícios socioassistenciais de forma permanente a quem necessitar de proteção. Mobilização das instituições públicas e privadas, das organizações sociais, com papel ativo de coordenação e apoio por parte do estado, são requisitos para o alcance e efetividade deste esforço coletivo.

★ Educação, cultura e esportes para o desenvolvimento integral e permanente.

Os investimentos para garantir a oferta de escolas em tempo integral para o ensino médio em todos os municípios do estado, assim como escolas técnicas em todas as regiões e interiorização do ensino superior, criam as condições para avançar em outras frentes, integrando os diversos níveis de formação cidadã. Reforçando os recursos da cultura e expressões artísticas, dos esportes e práticas comunitárias para o desenvolvimento humano. Ampliar a adoção de novos conceitos e métodos voltados para a inserção na chamada “economia do conhecimento” e no “mundo digital/figital”, como será tratado em eixo mais adiante. Articulando o ensino médio e superior com a formação profissional e tecnológica contínua, como será tratado nos próximos eixos que tratam do desenvolvimento de competências para geração de trabalho, emprego e renda.

Atuando na base do sistema educacional, também definindo programas e projetos para o fortalecimento da educação infantil e ensino fundamental, estratégico para o desenvolvimento das próximas gerações. Aplicando as diretrizes já consolidadas para o programa integral de desenvolvimento na primeira infância. Esse olhar para o futuro exige assumir um papel proativo de apoio aos municípios, que detêm as competências constitucionais nessas etapas fundamentais para a formação cidadã, integral e emancipadora. Representa um compromisso para coordenar um esforço articulado com os municípios para trabalhar e apoiar no planejamento e gestão escolar, valorização e qualificação dos profissionais da educação, melhoria de rede escolar e oferta de creches, integração de conteúdos e metodologias baseados em melhores práticas.

★ Saúde de qualidade, acessível e universalizada.

Trata-se de ampliar e qualificar a implementação da política pública de saúde estabelecida pelas diretrizes constitucionais e materializada pelo SUS, considerando a integração dos níveis da atenção básica, de média e de alta complexidade. Contemplando as políticas e ações voltadas para a prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida, estimulando atividades esportivas, alimentação e práticas saudáveis, saneamento ambiental, vigilância sanitária, em parcerias com agentes públicos e privados. Os investimentos para reestruturação da rede de atendimento de média e alta complexidade, com os

hospitais e UPAs implantados e em execução, precisam continuar com o objetivo de suprir lacunas em especialidades demandadas, a exemplo dos cuidados de traumas e atenção para públicos com necessidades específicas.

Considerando as competências legais municipais na área da atenção básica, o papel do estado é essencial na articulação e promoção de incentivos para fortalecimento das estruturas de unidades básicas de saúde, valorização dos profissionais das equipes de saúde comunitária e efetividade da dimensão preventiva. O atendimento das solicitações de exames e consultas deve contar com recursos tecnológicos de telemedicina, integração de bases de dados e prontuários eletrônicos, visando melhorar continuamente a capacidade de resposta com agilidade e qualidade, especialmente quando se constata o aumento da migração dos planos de saúde privados, em decorrência da redução na renda de parcelas expressivas da população.

★ **Segurança cidadã, espaços seguros, prevenção e repressão qualificada.**

O reconhecimento da política pública de segurança cidadã do “Pacto pela Vida” por instituições nacionais e internacionais, reforça a validade da abordagem integrada da prevenção contra a violência, repressão qualificada e inteligente, com promoção de cultura da paz. Articulando as instituições de desenvolvimento social, sistema judicial, polícias e entidades da sociedade civil no planejamento, execução e monitoramento das ações. Valorizando e fortalecendo os profissionais da segurança pública como agentes da promoção da cidadania. Ampliar, fortalecer e revisar continuamente estratégias e formatos de atuação deve ser um caminho ininterrupto para uma ação permanente de estado, sujeita a condicionantes estruturais e conjunturais, de natureza social e econômica.

Os investimentos nos programas e projetos que fortalecem a presença do estado nos territórios, em especial junto às populações mais vulneráveis, devem ser reforçados para garantir a efetividade da dimensão preventiva, estreitando os vínculos com as comunidades, como verificado nas experiências exitosas do COMPAZ e na redução comprovada da violência em áreas com escolas em tempo integral. Observando-se rigorosamente os direitos e especificidades, o combate a toda forma de preconceito e discriminação, antessala de variadas expressões de violência e agressões. Há que se destacar o incentivo a ações de qualificação de espaços públicos seguros, que estimulem a convivência, sociabilidade, respeito e tolerância na vida comunitária, prática de esportes e usufruto de lazer como condições para a cidadania plena. O uso intensivo de tecnologias e análise de dados, premissa do sistema, deve observar permanente renovação e incorporação de melhores práticas, com participação das instituições sociais na governança.

★ **Proteção e emancipação social, garantia de direitos e políticas específicas para mulheres, juventude, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e para igualdade racial, povos tradicionais e população em situação de rua.**

Consolidar e fortalecer o papel estadual na articulação dos diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil para garantia e promoção de direitos específicos de segmentos da sociedade vítimas de preconceito, discriminação e violências. Estruturação de redes integradas para acolhimento, atenção, inclusão socioproductiva, educação, empoderamento e emancipação pessoal, para aplicação de políticas públicas transversais. Reconhecendo a importância do fortalecimento e ampliação do SUAS para

estruturação das políticas da assistência social integrada e universal. Fortalecer e ampliar as estratégias e cuidados para a população de rua, expressão inaceitável de vulnerabilidade social e econômica.

Defesa e garantia de espaços de equidade entre gêneros, a começar pela administração pública. Adoção de ampla estratégia para a primeira infância, com mobilização interinstitucional e abordagem multidisciplinar. Programas educativos e medidas para a conscientização e combate a todas as manifestações do racismo estrutural. Ampliação dos programas para promoção dos direitos e geração de oportunidades para v e população idosa. Defesa dos direitos, atenção específica e condições para inclusão socioeconômica da população LGBTQIA+. Contemplar e fortalecer a representação e afirmação de povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, migrantes, que demandam políticas públicas específicas. Estruturação de programa específico para a proteção e defesa animal e de seus cuidadores, em articulação com os municípios, atendendo a demandas crescentes da sociedade.

2 Pernambuco das oportunidades, do empreendedorismo, emprego e renda.

Focando na ampliação do acesso ao desenvolvimento de competências, habilidades, conhecimentos técnicos e de gestão, estimulando comportamentos capazes de abrir cada vez mais caminhos para a geração de trabalho, emprego e renda, catalisadores do empreendedorismo, como o associativismo, cooperativismo, gestão solidária.

Garantindo mais e melhores mecanismos para promover a competitividade da economia pernambucana e fortalecimento do ambiente de negócios, com desburocratização e simplificação, infraestrutura, acessibilidade, logística. Ampliando e democratizando acesso ao crédito e linhas de fomento. Articulando o sistema de compras governamentais para estimular os fornecedores e prestadores de pequeno e médio porte. Consolidando os polos implantados mais recentemente na matriz econômica estadual, como já referidos, petróleo e gás, automotiva, fármacos e saúde, alimentos e bebidas, higiene e limpeza, vidreira, tecnologia da informação e comunicação e economia criativa, educacional, logística, atacado e varejo moderno.

Discutir propostas para a consolidação da interiorização e maior equilíbrio territorial do desenvolvimento, apoiando o fortalecimento e ampliação da base produtiva, a integração inter-regional, a agricultura familiar, a agroecologia. Fortalecendo atividades já tradicionais, nas diversas regiões do estado, da fruticultura, avicultura, pecuária leiteira e de corte, ovinocaprinocultura, apicultura, piscicultura, cultivos temporários da cana de açúcar, mandioca, feijão, milho, banana, hortifrúti, dentre tantas. Além de polos tradicionais de base regional como o gesseiro, confecções, moveleiro, metalmecânico, vinicultor, laticínios, turístico, como exemplos. Consolidar os avanços do desenvolvimento da região metropolitana do Recife, considerando as infraestruturas e serviços ambientais necessários.

★ Desenvolvimento de competências.

Preparar as pessoas para as oportunidades no mundo do trabalho e do empreendedorismo requer abordagem integrada e articulada com diferentes atores, públicos e privados. Nas ações de prospecção das competências, habilidades e atitudes requeridas; para a oferta qualificada de formação e aperfeiçoamento;

e consequente posicionamento nas ocupações produtivas com acompanhamento de sua efetividade e permanência.

Iniciativas em curso que devem ser consolidadas e ampliadas, somando-se novos modelos que estão em formatação. Articulando universidades e institutos federais; rede de escolas técnicas estaduais – ETEs; “sistema S”; centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação; instituições privadas e organizações sociais; em um programa coordenado pelo governo estadual com governança compartilhada. Gerando a capacidade de ofertar formação tecnológica, profissional e de gestão empreendedora em todas as regiões do estado, alinhada com as demandas e especificidades locais, contribuindo para fixação de talentos e oportunidades em todo o território.

★ Oportunidades, simplificação e competitividade.

Constitui desafio nacional, observadas as especificidades regionais e locais, o esforço estruturado e sistêmico para melhoria do ambiente de negócio e estímulos ao empreendedorismo. As condições de infraestrutura e logística que interferem na formação de custos de produção e distribuição devem continuar sendo priorizadas em articulação com os segmentos produtivos. O aperfeiçoamento das condições de acesso ao crédito, democratizando e ampliando linhas de fomento e garantias. Priorizando e fortalecendo o apoio aos pequenos e médios empreendimentos, inclusive nos mecanismos de compras governamentais. Capacitando e estimulando a adoção de práticas de associativismo, cooperativismo, gestão solidária, que fortaleçam e ampliem a escala da produção de base local. As iniciativas no plano de retomada econômica devem ter garantidas sua continuidade e ampliação.

Medidas amplas e ousadas precisam ser adotadas continuamente para superar entraves históricos e culturais ao desenvolvimento das atividades produtivas. Acelerar e intensificar a simplificação e desburocratização de processos de autorização, licenciamento e encerramento de atividades econômicas, movimento já iniciado, preservando o ponto de equilíbrio com as exigências do interesse social, ambiental, sanitário e de segurança. Assumir um papel proativo na discussão e revisão do modelo tributário regressivo e concentrador. Institucionalizar os ambientes de discussão e acompanhamento das medidas com as representações dos segmentos produtivos e laborais.

★ Equilíbrio territorial do desenvolvimento.

Atuar no desequilíbrio territorial do padrão de desenvolvimento como um dos vetores da desigualdade social e econômica. Distribuir as oportunidades por todas as regiões e entre os núcleos urbanos e o mundo rural requer política prioritária e permanente. Como referido na abertura deste documento, importantes ações para a interiorização do desenvolvimento iniciaram a mudança de distribuição espacial e estrutura da matriz econômica estadual. Investimentos em infraestrutura, equipamentos, incentivos fiscais e financeiros devem ser continuamente atualizados e calibrados para novas necessidades, contribuindo para o adensamento e consolidação de cadeias produtivas tradicionais e recentes, com profundos reflexos regionais, a exemplo da ampliação dos eixos da BR-232 e outras rodovias estruturadoras, abastecimento de gás natural e estrutura aeroportuária regional, já referidos.

A infraestrutura para viabilizar o acesso à água nos diversos usos, bastante ampliada na produção e adução, cria condições para um arrojado programa de ampliação das ligações para os consumidores,

gestão inteligente do sistema e consequente estabilidade na oferta. Fortalecer as condições do estado como destino turístico com suas diferentes atrações e motivações, ampliando estruturas, incentivos e governança, reconhecendo sua capilaridade e potencial de inclusão social e econômica. A dinâmica da Região Metropolitana do Recife precisa ser consolidada com os investimentos estruturadores, a exemplo do Arco Metropolitano, que devem observar seus relevantes condicionantes e serviços ambientais, como será tratado no próximo eixo, dedicado aos requisitos de sustentabilidade.

Propõe-se avançar num amplo programa de política agrícola para atuar nas condições de viabilidade e competitividade da produção rural. Integrando as ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação, assistência e formação com fomento, crédito, equipamentos e suporte na gestão. Estimulando o empreendedorismo rural com uso intensivo de tecnologias, muitas delas já desenvolvidas. Ampliando a força e o alcance da agricultura familiar, multiplicando a adoção da agroecologia e manejo sustentável do solo, culturas e rebanhos. Instituído uma governança com representações dos produtores e instituições públicas e privadas. Recuperando, com parcerias e integração de esforços, a capacidade de suporte da estrutura pública para induzir os polos de desenvolvimento e arranjos produtivos locais. Fomentando o adensamento das atividades da “economia criativa”, intensiva em talentos, que será abordada em tema a seguir.

3 Pernambuco do desenvolvimento sustentável, da inovação e da economia do conhecimento.

Discussão sobre diretrizes, compromissos e metas para uma “economia de carbono neutro”, abordando o desenvolvimento sustentável, energias renováveis, redução de gases de efeito estufa, proteção ambiental, serviços ambientais. Trata-se de avançar e inovar com projetos que promovam mudanças em padrões de consumo, redução da economia do carbono, promoção da economia circular, que otimiza o uso dos recursos disponíveis, que resgata os espaços modificados para fruição do cidadão, a partir da requalificação do ambiente natural e construído. Contemplar ainda as infraestruturas para qualidade de vida, como o saneamento ambiental, habitabilidade, mobilidade urbana, qualidade dos espaços urbanos.

Como acelerar o engate de Pernambuco na economia do século XXI. Inserção na chamada “economia do conhecimento”, intensiva em inovação, talento, conectividade; ou ainda nas vertentes da denominada “economia criativa” – na tecnologia da informação e comunicação, “economia digital/figital”, economia da cultura, turismo criativo. A cultura no sentido mais amplo, como identidade, resistência, ativo e potencial de inclusão.

★ Descarbonização da economia, promoção ambiental e qualidade de vida.

Implementar os programas, projetos e ações previstos nos instrumentos de planejamento para a área ambiental que destacam o estado nas respostas propostas para o cumprimento das agendas globais para o desenvolvimento sustentável, destacando-se o plano estadual de descarbonização e planos de manejo de áreas definidas como de proteção ambiental. Realizar o gerenciamento permanente para alcance das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. Avançar na mudança da matriz energética para geração com fontes limpas (eólica, solar, biocombustíveis, hidrogênio verde), inclusive dando o exemplo nas unidades e equipamentos dos órgãos e entidades governamentais.

Formatar programas que promovam mudanças em hábitos de consumo, descarte e reaproveitamento adequado de resíduos, nas diversas abordagens, educativa, normativa, com projetos e ações exemplares. Disciplinar e adequar a mensuração e valoração por serviços ambientais, ativando localmente esse mercado em expansão. Incentivar práticas de agroecologia e economia circular, com otimização no uso dos recursos naturais. Fortalecer o planejamento urbano, em especial na escala metropolitana, aplicando os conceitos do desenvolvimento sustentável e qualidade urbana como requisitos essenciais para melhoria da qualidade de vida, equilíbrio entre ambiente natural e construído, saneamento ambiental, mobilidade urbana ativa, oferta habitacional, regularização fundiária e condições de habitabilidade, qualificação dos espaços urbanos, gerando identidade e sentido de pertencimento.

★ Inserção na "Economia do Conhecimento".

Promover programas intensivos e de larga escala para formação e aperfeiçoamento dos talentos exigidos para essa nova "economia do conhecimento", em articulação com as demandas do ambiente de tecnologia da informação e comunicação e dos segmentos produtivos, ampliando experiências já implantadas e gerando outros formatos. Avançar na aplicação dos recursos tecnológicos no sistema educacional, universalizando o acesso a ferramentas de aprendizagem para programação, lógica, robótica, trabalho em equipe, resolução de problemas, "gamificação", "cultura maker", formação bilíngue.

Ampliar e acelerar os investimentos na infraestrutura de conexão de alta velocidade, viabilizando a universalização do acesso aos recursos do ambiente "digital/figital". Estruturar mecanismos de incentivo à pesquisa e desenvolvimento, a partir da institucionalização da integração com universidades, institutos e centros de pesquisa, empresas e organizações sociais. Fomentar o desenvolvimento e adensamento das cadeias produtivas da "economia criativa", "economia da cultura", "turismo criativo" e de base comunitária, como atividades intensivas em talentos, geradoras de ocupação e renda, com potencial a partir das bases de tradição e força cultural do estado, como requisito de construção de identidades, resistência libertária, potência econômica e natureza inclusiva.

4 Pernambuco do governo democrático, digital e integrado – excelência dos serviços ao cidadão.

Transformação digital, impulsionando novo ciclo do modelo de gestão implantado, com aprofundamento das decisões baseadas em dados e evidências, monitoramento permanente das metas, prazos e responsáveis. Revisão radical de procedimentos e exigências burocráticas que não geram valor ao resultado final dos processos. Governo digital como plataforma de serviços para a sociedade, com portal único de relacionamento, processamento e retorno integrado das demandas.

Promover a radicalidade da prática democrática na gestão, ancorado no diálogo permanente com a sociedade, garantindo foco nos resultados para toda a sociedade e prioridade para os mais vulneráveis, que mais precisam do poder público para correção de desigualdades de oportunidades e desequilíbrios nas condições de vida. Para garantir transparência, com canais para acesso às informações com clareza e agilidade, tecnologias e dados abertos, participação e colaboração nas decisões das políticas públicas,

viabilizando um efetivo exercício do controle social, com prestação de contas permanente no uso dos recursos públicos.

★ Transformação digital e cidadania ativa.

O núcleo de um novo ciclo para o modelo de gestão estadual, rumo à transformação digital, passa pela ampla revisão de processos, procedimentos e rotinas, estabelecendo o foco no atendimento às demandas e necessidades do usuário-cidadão. O suporte das ferramentas tecnológicas chega para viabilizar novos paradigmas na cultura do serviço público. Muitos passos já foram dados e é preciso dar continuidade e escala a este movimento. A adoção de um modelo de plataforma de serviços, com atendimento em canais integrados, representa um requisito essencial para o relacionamento esperado pela sociedade com as instituições estatais. O resgate do papel do planejamento para o médio e longo prazos como condição para a mobilização da sociedade em torno dos objetivos estruturadores do estado, garantindo a continuidade de programas, projetos e ações por várias gestões.

O compromisso com a expansão dos canais de diálogo para o exercício da gestão democrática precisa contar com a disponibilização de dados abertos para ampla transparência, informações tratadas para o acesso de todos os perfis educacionais e formativos, consultas públicas como prática de gestão e estruturação de observatórios de políticas públicas para monitoramento e aperfeiçoamento. Como tratado em outros eixos, será necessário definir a governança compartilhada em diversas áreas e políticas públicas, com instituições estatais, empresariais, representações e organizações sociais. Governo participativo e colaborativo, como requer o sentimento geral da sociedade para legitimar sua atuação.

